

13 a 17 MAIO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!

Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

3

Rumo à abertura total, Abraceel propõe mercado livre para indústria e comércio em 2026

6

Conselho de Administração aprova estratégia para CP do varejista e estatuto da CCEE

8

Grupo Técnico discute propostas da Cpamp de alterações dos modelos para 2025

10

Varejista: Grupo Técnico sugere contribuições na nova fase da CP

13

Monitoramento: Período Sombra

14

Abraceel na Mídia

16

Abraceel reforça comunicações de auxílio ao Rio Grande do Sul

17

Curtas

21

E o Congresso?

23

Próxima Semana

Rumo à abertura total, Abraceel propõe mercado livre para indústria e comércio em 2026

Matéria em 1 minuto:

- Estudo da Volt Robotics elaborado para a Abraceel mostra que ambiente livre pode gerar economia de até R\$ 17,8 bilhões ao ano na conta de luz para os dois segmentos, com criação de até 380 mil novos empregos;

- Fim de contratos regulados até 2028 abre “janela de oportunidade” que permite dar direito de escolha a 100% do segmento comercial e industrial em janeiro de 2026 sem custos de sobrecontratação;

- Proposta foi explicada em almoço do Conselho de Administração com representantes da Câmara dos Deputados, Aneel e outras instituições, como CNI, CNC e Sebrae.



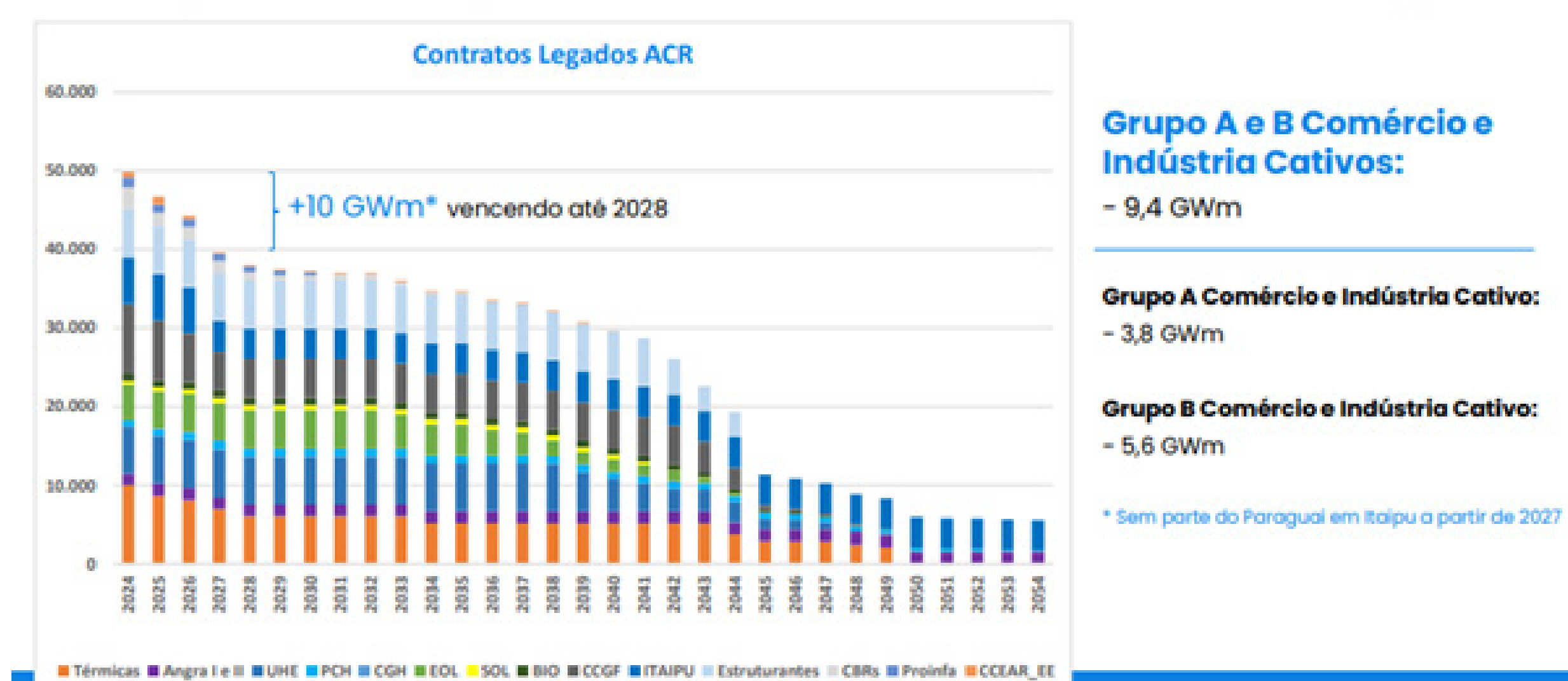
Os números de um estudo da Volt Robotics e da Abraceel mostram que é factível promover nova etapa da abertura do mercado de energia elétrica brasileiro, desta vez para todos os consumidores industriais e comerciais que estão no Grupo B, em janeiro de 2026, sem que surjam custos adicionais relacionados à sobra de energia contratada na carteira das distribuidoras.

O estudo foi apresentado pela Abraceel em almoço do Conselho de Administração realizado em Brasília no dia 15.05 para cerca de 50 pessoas, entre autoridades públicas e agentes do mercado, incluindo representantes do Congresso Nacional, Aneel, CNI, CNC e Sebrae, entre outros. O trabalho revelou os benefícios econômicos de expandir o direito de escolher o fornecedor de energia para todos os consumidores desses dois segmentos (veja detalhes abaixo).

Além disso, ao identificar a quantidade de consumidores e o montante de carga envolvidos na indústria e comércio, o estudo evidenciou que há uma “janela de oportunidade única” para promover essa nova etapa de abertura do mercado, pois dados apurados pela Abraceel revelam que o montante de contratos regulados que serão encerrados até 2028 é maior que a carga de consumo de ambos. Isso oferece cenário para que as empresas consumidoras desses dois ramos de atividade ganhem acesso ao mercado livre sem provocar sobrecontratação nas distribuidoras.

Os consumidores de energia dos segmentos industriais e comerciais no Grupo B demandam 9,4 GW médios, ao passo o montante de energia a ser descontratado no mercado cativo até 2028 soma mais de 10 GW médios. [Acesse o estudo.](#)

Uma janela de oportunidade única com o fim de legados



Nova onda de abertura beneficiaria 6,4 milhões de consumidores

Em estudo realizado para a Abraceel, a consultoria Volt Robotics identificou que a abertura mais ampla do mercado elétrico, desta vez envolvendo 100% dos consumidores industriais e comerciais em 2026, tem potencial para beneficiar mais de 6,4 milhões de consumidores, gerando R\$ 17,8 bilhões de redução de gastos com a conta de luz. Nesses segmentos, gastos economizados tendem a ser reinvestidos em melhorias de processos produtivos e contratação de pessoal, com potencial criação de mais de 380 mil novos empregos.

Raio-X da indústria - No segmento industrial, o Brasil conta com 492,8 mil unidades consumidoras de energia, que demandam 24,8 GW médios. Dessas, 37,4 mil (22,7 GW médios) já estão no mercado livre de energia. Adicionalmente, outras 44,7 mil (1,6 GW médios) estão aptas a comprar energia do fornecedor que escolherem, pois atendem requisitos para a migração. Restam 410,7 mil consumidores industriais (471 MW médios), que consomem energia em baixa tensão, ainda sem permissão para escolher o fornecedor.

Considerando as mais de 455 mil unidades consumidoras do segmento industrial que ainda estão no mercado regulado, os benefícios com a migração para o mercado livre somam R\$ 4,2 bilhões em redução de custos por ano e mais de 91 mil novos empregos disseminados por todos os estados brasileiros, mas especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Raio-X do comércio - No segmento comercial, o Brasil conta com mais de 6,1 milhões unidades consumidoras de energia, que demandam 8,0 GW médios. Dessas, apenas 2 mil (647 MW médios) já estão no mercado livre de energia. Adicionalmente, outros 77 mil (2,1 GW médios) estão aptos a migrar, pois atendem os requisitos para tal.

Assim, restam mais de 6,0 milhões de consumidores comerciais, que consomem energia em baixa tensão, que não têm permissão para comprar no mercado livre. Considerando esses consumidores do segmento comercial que ainda estão no mercado regulado, o acesso ao mercado livre pode gerar R\$ 13,5 bilhões em redução de custos por ano e até 290 mil novos empregos, disseminados por todos os estados, principalmente em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Ceará.

Conselho de Administração aprova estratégia para CP do varejista e estatuto da CCEE

Matéria em 1 minuto:

- Na pauta deliberativa, conselheiros ratificaram recomendações da Diretoria para atuação na 2ª fase da CP 28/2023 e na negociação final para permitir que o novo estatuto social da Câmara seja levado para deliberação em AGO dia 23.05;
- Conselho considerou satisfatório o resultado parcial das negociações para construir o novo estatuto social da CCEE, cuja minuta atende prioridades do mercado;
- Em outro item, após deliberação dos conselheiros, Abraceel iniciará atualização da ficha cadastral das associadas.



O Conselho de Administração da Abraceel realizou reunião no dia 15.05 para tratar de pauta de questões informativas e deliberativas.

Execução orçamentária e plano de metas

Após as boas-vindas do Presidente do Conselho de Administração, Alessandro de Brito Cunha, o Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, apoiado pelos Vice-Presidentes, apresentou detalhes da execução orçamentária e da evolução das ações adotadas para cumprir metas definidas no planejamento estratégico da Associação em todas as bandeiras.

Os conselheiros recomendaram que a Abraceel dê prioridade e busque idealizar novas iniciativas para tratar dos temas relacionados a problemas na migração, abusos de poder econômico e falta de isonomia na concorrência, pressionando por soluções.

Open energy: estudo apoiará contribuição da Abraceel na 2ª fase da CP 28/2023

Conselheiros e associadas também foram informados da contratação da BIP Group para realizar estudo de benchmarking sobre open energy no mundo.

O objetivo é compreender aspectos relacionados ao funcionamento operacional, público-alvo, tipo de dados compartilhados, padrões de segurança e rotinas de comunicação e de governança, entre outros. O cronograma de execução do estudo foi planejado para permitir que a Abraceel aproveite as conclusões desse trabalho para entregar contribuições na 2ª fase da CP 28/2023.

Novo estatuto social da CCEE

O tema tem demandado muito esforço da Diretoria da Abraceel, com mais de 50 h/h de vários integrantes da Diretoria dedicados a participar de reuniões e analisar minutas de documentos nas últimas quatro semanas, envolvendo diversas reuniões no âmbito do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) com o escritório TozziniFreire e a CCEE.

Foi relatado que a Abraceel fez reunião com representantes das associadas no dia 10 de maio para identificar temas prioritários em uma lista de 14 destaques, de forma a tratá-los com o devido foco. O resultado parcial das negociações foi considerado satisfatório pelos conselheiros.

Tendo em vista que as tratativas com CCEE ainda não foram concluídas e há expectativa de realização de Assembleia Geral da CCEE no dia 23 de maio para deliberar sobre as alterações no estatuto social, os conselheiros aprovaram que a Abraceel continue atuando em linha com o defendido pelos representantes e Conselho de Administração em 10 de maio.

Abraceel iniciará atualização da ficha cadastral das associadas

Seguindo proposta da Diretoria, o Conselho de Administração também aprovou que a Associação promova a atualização da ficha cadastral das empresas associadas, com formulário mais abrangente e completo em comparação ao utilizado em outros momentos.

Segunda fase da comercialização varejista: Conselho aprova recomendações

O Vice-Presidente de Energia da Abraceel, Alexandre Lopes, explicou os destaques da nova fase da consulta pública para aprimorar a comercialização varejista. Duas reuniões foram realizadas com o Grupo Técnico nas últimas semanas. O resumo está descrito na [apresentação](#) da reunião e os principais pontos discutidos foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Grupo Técnico discute propostas da Cpamp de alterações dos modelos para 2025

Matéria em 1 minuto:

- Tempo de processamento realizado pelas associadas não é compatível com o mencionado pela Cpamp, a menos que sejam utilizadas máquinas mais potentes, o que não parece viável;
- Associadas chamaram atenção para a necessidade de estudos que considerem o modelo Dessem para avaliar o real impacto das propostas no armazenamento e preço;
- Abraceel enviará carta à Cpamp pela qual solicitará estudos de impacto e de sensibilidade do CVaR com o modelo Dessem.

No dia 14.05, cerca de 160 integrantes do Grupo Técnico da Abraceel reuniram-se para discutir a Consulta Pública 162/2024 do MME, que trata de alterações nos modelos computacionais apresentadas pela Cpamp para vigência a partir do PMO de janeiro de 2025.



Alexandre Lopes iniciou a reunião e destacou a importância de as associadas enviarem suas rodadas e testes dos modelos para a Abraceel, argumentando que a Associação depende desses estudos para fundamentar a argumentação a ser apresentada na referida consulta pública.

Dando continuidade à reunião, Danyelle Bemfica, Assessora de Energia, apresentou a motivação para a abertura da consulta pública e explicou que a atual representação agregada das usinas leva a uma operação mais otimista frente à realidade operativa do SIN. Há perda de precisão em tais aproximações e o emprego do Newave Híbrido permite a representação das restrições de turbinamento mínimo e máximo e funções de produção individualmente, resultando na melhoria da FCF para o modelo Decomp, segundo relatório da Cpamp.

Newave Híbrido

As principais conclusões e recomendações da Cpamp acerca do Newave Híbrido são:

- (i)** empregar o Newave Híbrido com usinas hidrelétricas representadas de forma individualizada nos primeiros 12 meses para os processos de planejamento da operação e cálculo do PLD;
- (ii)** permitir a representação individualizada de restrições de defluência e geração mínima utilizando penalidades baseadas no custo da térmica mais cara;
- (iii)** proposta de alteração da micropenalidade de vertimento e compatibilização das demais micropenalidades a ela associadas;
- (iv)** utilização da funcionalidade de cortes externos com atualização nos processos oficiais de planejamento da operação;
- (v)** manutenção do critério de parada atual; e
- (vi)** atualização do VMinOp do submercado Norte, de 22,5% para 19,1%.

Na sequência, foram apresentados os estudos retrospectivos e prospectivos realizados pela Cpamp acerca da implementação do modelo Newave Híbrido. A Comissão fez as análises com diferentes pares de CVaR e comparou diversas variáveis de impacto que podem resultar do modelo. Os resultados são intuitivos: quanto maior a aversão ao risco, maior o armazenamento, mais geração térmica e maiores os custos de geração térmica.

Com base nos resultados dos estudos realizados pela Comissão, foi recomendada a recalibração dos pares do CVaR para (15,40) com a implementação do Newave Híbrido, por se entender que há benefícios econômicos e aderência aos critérios de segurança energética do CMSE.

Segundo a Cpamp o tempo de processamento do Newave Híbrido está em torno de duas horas, representando redução de cerca de 70% comparado à primeira versão. Sobre isso, as empresas associadas ponderaram que o tempo de duas horas de processamento mencionado pela Cpamp só foi atingido após o uso de máquinas mais potentes e de servidores mais caros. Não o fazendo, o tempo de processamento atinge mais de 5 horas.

Os estudos realizados pela Cpamp foram encadeados Newave/Decomp. Sobre isso, as associadas ponderaram que é imprescindível analisar os impactos da implementação do Newave Híbrido no modelo Dessem, o que não foi realizado pela Comissão.

Nesse aspecto, na visão das associadas, não há como apontar conclusões a respeito do impacto do Newave Híbrido sem estudos que considerem toda a cadeia de modelos computacionais, razão pela qual a Abraceel irá enviar carta à Cpamp solicitando que tais estudos sejam realizados e seus resultados disponibilizados aos agentes antes do término da CP 162/2024 do MME. A minuta da carta foi enviada aos associados e recebe contribuições até o dia 20.05.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na área restrita do site da Abraceel, aba de [“Apresentações exclusivas”](#).

Varejista: Grupo Técnico sugere contribuições na nova fase da CP

Matéria em 1 minuto:

- Abraceel vai propor divulgação agregada dos dados dos varejistas para permitir análises por parte do mercado;
- Associadas apoiaram sugestão de texto que desvincula adequações do sistema de medição e do padrão de entrada do processo de migração;
- Também será sugerido período para mercado se adequar após a disponibilização do sistema do novo modelo simplificado.

REN 1011/2022

Art. 16-A. A CCEE é a gestora de todas as informações a respeito da comercialização varejista de que trata o Título II desta Resolução Normativa, conforme disposto em Procedimentos de Comercialização.

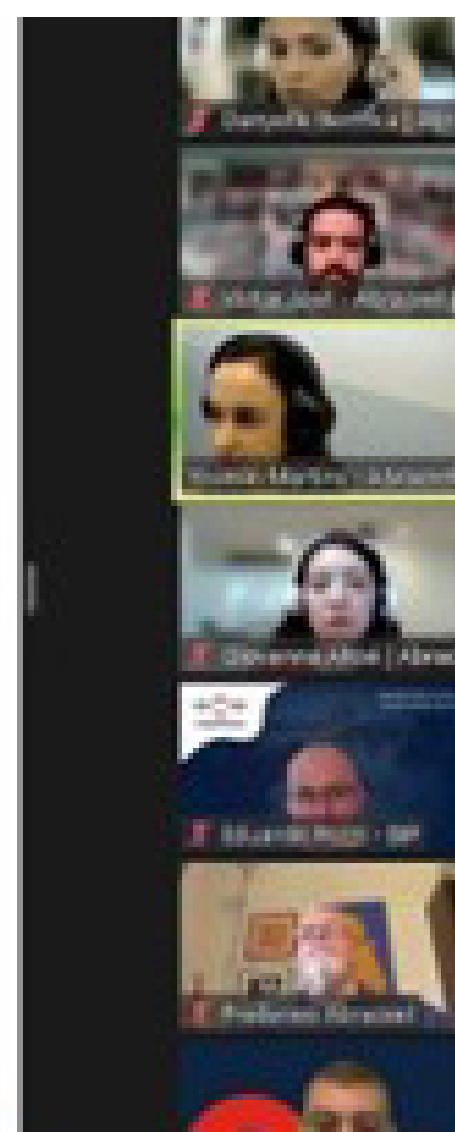
Parágrafo Único. O sistema utilizado para gerir as informações de que trata o caput deve permitir acesso:

- I - aos representantes, referente às informações dos **respectivos** representados no ACL;
- II - às distribuidoras, referente às informações dos respectivos acessantes; e
- III - àqueles a quem os responsáveis pelas unidades consumidoras concedam autorização de acesso as respectivas informações.

- Deixar claro que a informação acessada pelo representante serão dados relativos ao ACL.
- CCEE sugere exclusão do inciso II: publicidade de dados para terceiros já está proposta em PdC. A CCEE não implementará camadas de segurança para acessos específicos de agentes que o consumidor escolher dar acesso. Tal funcionalidade é demasiadamente custosa e de baixa efetividade.
- **Aneel** não concorda com manifestação da CCEE, porém coloca que questões relacionadas ao custo, efetividade e probabilidade de uso precisam ser detalhadas para uma análise mais criteriosa. Aponta que a 2ª fase da CP possibilita que a CCEE apresente essas considerações adicionais, inclusive se demandaria prazo para construir a solução tecnológica.

Sugestão para contribuição: Importante garantir que os dados de consumidores varejistas continuem sendo divulgados de forma agregada para permitir análises de mercado, sem permitir a identificação do consumidor.

Sugestão para contribuição: Endereçar a operacionalização do Open Energy nesta fase da Consulta Pública.



No dia 15.05, o Grupo Técnico da Abraceel reuniu-se para dar continuidade à discussão da CP 28/2023 da Aneel, que trata da adequação das Regras e Procedimentos de Comercialização relacionados à comercialização varejista. A primeira parte da reunião foi realizada no dia 08.05. Yasmin de Oliveira, Coordenadora de Energia, apresentou as alterações que foram propostas em resoluções normativas.

Open Energy

A CCEE sugeriu a exclusão do inciso III do Art. 16-A da REN 1.011/2022, que menciona que o sistema utilizado para gerir as informações dos consumidores varejistas deve permitir acesso àqueles que receberam autorização de acesso dos responsáveis. Isso porque, para a Câmara, o caminho seria a divulgação não seletiva.

Por outro lado, a Aneel discordou da manifestação da CCEE e ressaltou que questões relacionadas ao custo, efetividade e probabilidade de uso deveriam ser apresentadas ao longo da consulta pública para uma análise mais criteriosa.

A Abraceel ainda ressaltou a importância de garantir que os dados dos consumidores varejistas continuem sendo divulgados de forma agregada para permitir análises de mercado, sem possibilitar a identificação do consumidor.

Além disso, a Associação contratou a consultoria Bip Group para elaborar um estudo de benchmarking sobre open energy, comparando as experiências de operacionalização deste conceito em outros países e em outros mercados, como o financeiro e o de seguros. A Abraceel agendará uma reunião do Grupo Técnico para discutir esse estudo.

Adequação de medição

Quanto à adequação de medição, a CCEE sugeriu a inclusão do Art. 96-A na REN 1.000/2021 para prever, na regulamentação, o processo simplificado de migração. Já a Aneel sugeriu que o rito atual do Art. 96 seja utilizado apenas em casos em que não seja utilizado o processo simplificado.

A Abraceel questionou as associadas sobre como refletir, em texto normativo, o entendimento já manifestado pela Aneel que confirma que os consumidores telemedidos não necessitariam de adequações de medição como requisito para migração. As associadas sugeriram que a alteração proposta pela Abraceel no art. 42 da REN 1000 da Aneel mencione tanto o sistema de medição quanto o padrão de entrada.

Demais sugestões

A Abraceel propôs que, após a aprovação do modelo simplificado, a área técnica da Aneel publique em 90 dias um manual de migração – a Abraceel trabalha atualmente na elaboração de uma proposta sobre esse tema.

Além disso, as associadas questionaram qual deveria ser o prazo para a vigência do modelo simplificado após a disponibilização dos APIs pela CCEE. As sugestões foram de 2 a 3 meses para que o mercado se adapte ao novo sistema, além da necessidade de um “período sombra” semelhante ao do programa de monitoramento prudencial, com disponibilidade da CCEE para sanar dúvidas dos agentes.

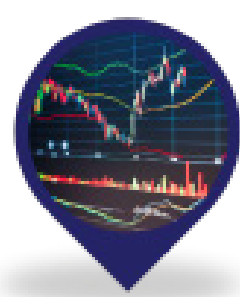
A Associação também propôs a inclusão em resolução de texto que proíba o compartilhamento de dados dos consumidores, sob responsabilidade da distribuidora, com outros agentes, incluindo aqueles do mesmo grupo econômico. Explícito, esse ajuste normativo tem objetivo de respaldar a fiscalização e os consumidores que não autorizaram a divulgação de seus dados.

Por fim, a Abraceel irá circular em breve minuta de contribuição com as associadas. A entrega da contribuição para a Aneel será no dia 07.06.

CCEE realiza workshop com os agentes sobre a segunda fase da consulta pública acerca da comercialização varejista

No dia 16.05, a CCEE realizou workshop aberto aos agentes para esclarecer os principais pontos acerca da segunda fase da Consulta Pública nº 28/2023, sobre o aprimoramento da comercialização varejista em vista da abertura do mercado. A reunião contou uma apresentação mais detalhada das APIs que serão utilizadas para possibilitar a troca de informações para a operacionalização dos consumidores de varejo no ACL. Ao final da apresentação, a CCEE destacou que os agentes contarão com um tempo de adaptação às APIs entregues pela CCEE, havendo uma data de corte para as migrações e operacionalização dos consumidores representados por varejistas serem realizadas apenas pelo novo modelo de troca de informações, via API. Sobre o open energy, a CCEE recomendou que seja tratado num processo à parte, visto a necessidade de debate quanto às responsabilidades, rateio dos custos e formas de implementação. No dia 24.05, às 10 horas, haverá um Momento Capacita da CCEE para abordar em mais detalhes os assuntos tratados no workshop. A gravação da reunião será disponibilizada em breve no canal do Youtube da Câmara.





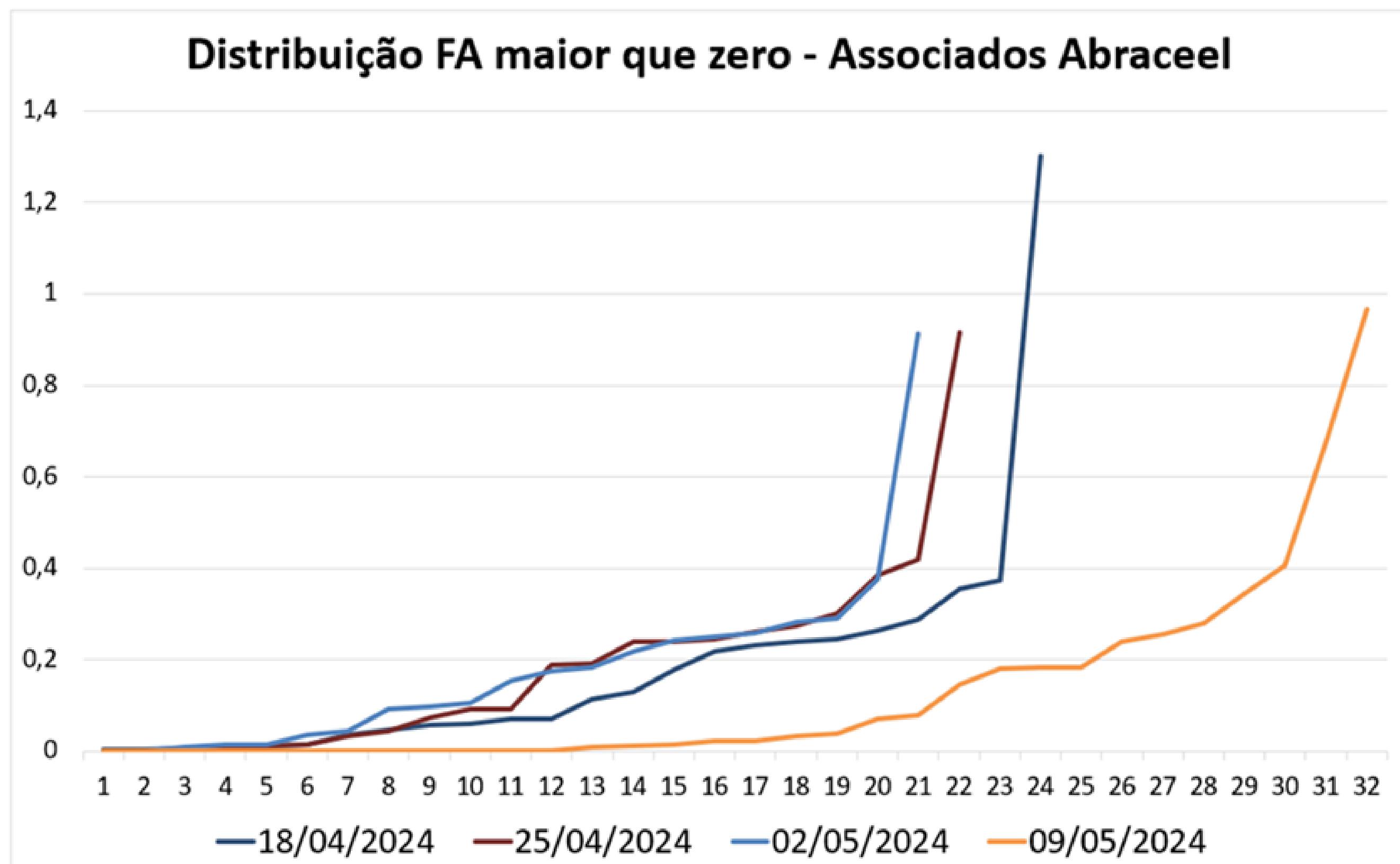
PERÍODO SOMBRA

MONITORAMENTO DE MERCADO

Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	09.05
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	92%
Autoprodutor	99%
Gerador	92%
Produtor Independente	100%

09.05	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	4%	4%	5%	6%	3%
FA zero	75%	72%	74%	58%	67%
FA maior que zero	19%	13%	13%	33%	27%
Média FA (maior que zero)	0,2080	0,3253	0,0325	0,0635	1,2853
Média FA	0,04	0,05	0,00	0,02	0,37
Desvio Padrão	0,14	0,42	0,02	0,11	6,49





ABRACEEL NA MÍDIA



Comercializadoras defendem abertura total do mercado como estratégia de transição energética

Fonte: EPRB

[Acesse aqui](#)



Estudo aponta que mercado livre de energia pode gerar economia de R\$ 17,8 bilhões a empresas

Fonte: R7 Brasília

[Acesse aqui](#)



Abertura maior do ACL pode beneficiar indústria e comércio

Fonte: Brasil Energia

[Acesse aqui](#)



Com vencimento de 10 GW em contratos até 2028, Abraceel vislumbra "janela de oportunidade" para expansão do mercado livre

Fonte: Agência Infra

[Acesse aqui](#)



Estudo aponta benefício de R\$ 17,8 bi ao abrir indústria e comércio ao ACL

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Migração total do comércio e indústria a partir de 2026 não amplia sobras contratuais

Fonte: Mega What

[Acesse aqui](#)

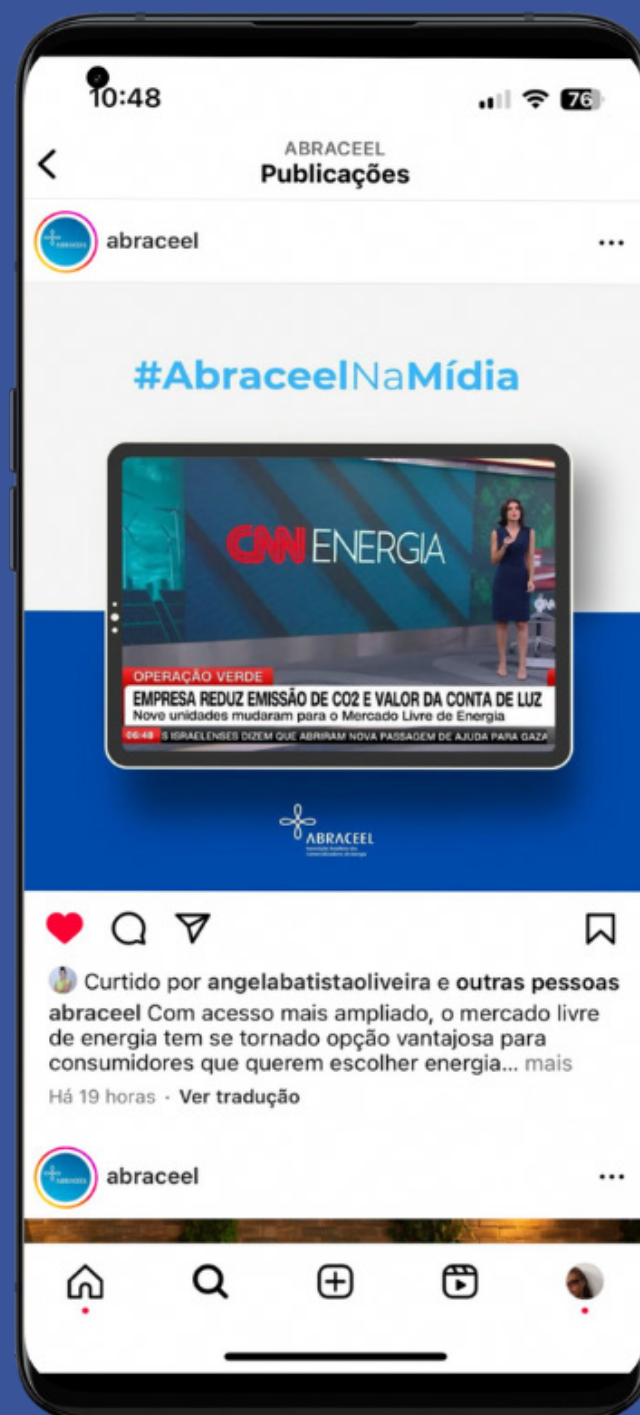


Empresa reduz emissão de CO² e valor da conta de luz

Fonte: CNN Energia

[Acesse aqui](#)

ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS



Abraceel reforça comunicações de auxílio ao **Rio Grande do Sul**



Em resposta à calamidade pública que afeta o Rio Grande do Sul, a Abraceel está disponibilizando seus canais de comunicação para intensificar o suporte às iniciativas de ajuda promovidas por suas empresas associadas. Como parte de um esforço solidário, convida suas associadas a participarem ativamente, entrando em contato para divulgar e fortalecer as ações. A sociedade pode contribuir com doações por meio do [canal oficial](#) SOS Rio Grande do Sul, utilizando o Pix disponibilizado. Para mais informações e maneiras de ajudar, [acesse o site](#) da Defesa Civil do estado.

Doe água potável!
Ajude nossos irmãos do **Rio Grande do Sul**.
Faça sua doação na sede da Migratio.



migratio energia



SEGUIMOS EM COLABORAÇÃO COM O RIO GRANDE DO SUL

Conheça nossas ações em apoio aos gaúchos



Estamos todos mobilizados pelo Rio Grande do Sul

Dedicamos quase 6 mil colaboradores da RGE, incluindo eletricitas, técnicos, engenheiros e outros profissionais



A Elera se solidariza com o Rio Grande do Sul e seus cidadãos.

Ajude com qualquer valor!



SOS
Rio Grande do Sul
Chave PIX (CNPJ)
92.958.800/0001-38
Banrisul

CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO PARA VÍTIMAS DAS CHUVAS NO RIO GRANDE DO SUL

A Gerdau está apoiando as regiões impactadas pelas fortes chuvas por meio de **doação de cestas básicas e materiais de limpeza para os bancos sociais da FIERGS**

Ajude Você Também

Doando o valor que você preferir, pelo **PIX 04.580.781/0001-91 (CNPJ)** ou pelo site **www.doealimentos.com.br**

O valor será enviado para o **Banco de Alimentos, instituição parceira da Gerdau.**

 **GERDAU**
O futuro se molda

CURTAS

Aneel aprova medidas para apuração e preço da penalidade por insuficiência de lastro

No dia 14.05, a Diretoria da Aneel votou o resultado da Audiência Pública 123/2010, instituída para discutir a apuração e o preço da penalidade por insuficiência de lastro para venda de energia e de cobertura contratual do consumo. Os seguintes pontos foram aprovados:

- (i) Manutenção da regra vigente de apuração da insuficiência de lastro, com janela móvel de 12 meses para todos os agentes, exceto distribuidoras;
- (ii) Manutenção da regra atual de janela móvel para apuração mensal da penalidade de insuficiência de lastro; e
- (iii) Alteração do valor da penalidade de insuficiência de lastro, que hoje, em termos simplificados, é obtida do maior valor entre o PLD e o Valor Anual de Referência (VR) vigentes no mês de apuração. A partir de 1º de janeiro de 2025, a penalidade terá por base apenas o VR.

Para mais informações acesse o processo, cujo número é 48500.000614/2010.

Vaga de Hélvio Guerra: Aneel sugere nomes para lista tríplice de diretores substitutos

A Diretoria da Aneel aprovou no dia 13.05 os nomes que serão enviados à Presidência da República para compor a lista tríplice de substitutos temporários para a vaga do Diretor Hélvio Guerra, cujo mandato termina na próxima semana. Os nomes aprovados foram Ludimila Lima da Silva, Francisco José Pereira e Paulo Luciano de Carvalho para a lista 1, Joseanne Aguiar Santos, Daniel Danna e Adriana Carvalho Vivan para a lista 2 e Maria Luiza Caldwell, Ivo Sechi Nazareno e Carlos Calixto Mattar para a lista 3. De acordo com a Lei 9.986/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos nas agências reguladoras, durante a vacância que anteceder a nomeação de um novo titular, exercerá o cargo um integrante da lista de substituição composta por três servidores da agência, de acordo com a ordem de precedência. Cada diretor substituto pode atuar por um prazo máximo 180 dias. Dessa forma, assume primeiramente um dos nomes da lista 1 e, caso ainda não seja nomeado um novo titular seis meses depois, assume nome da lista 2 e assim por diante.

Diretoria da AICE debate atividades realizadas e acordos com organizações

No dia 14.05, a Abraceel participou da reunião de diretoria da Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (AICE) para discutir a evolução das atividades conduzidas pela instituição. Os integrantes aprovaram por unanimidade (1) o ingresso da Aeeree, do Equador, na associação, (2) a agenda de reuniões do fórum de Comercialización AICE no 10º Encuentro Latinoamericana de Energía, a se realizar entre 22 e 24 de maio em Cali, na Colômbia, e (3) assinatura de acordos com a ASIDE (Associação Ibero-americana de Direito da Energia), ADELAT (Associação de Distribuidores de Energia Elétrica) e OLADE (Organização Latino-Americana de Energia).

Além disso, foram listados progressos e próximas atividades dos comitês de Comunicação, Regulação e Relações Institucionais.

BIP Group apresenta avanços no projeto do open energy

No dia 16.05, a Abraceel se reuniu com a Consultoria BIP Group para discutir os avanços realizados no estudo sobre benchmarking do open energy. Na ocasião, a consultoria apresentou a pesquisa generalista que realizou acerca dos países em que o open energy já está implementado ou está em projeto piloto, dando destaque ao fato de que em nenhum deles existe um órgão centralizador de informações dos consumidores, sendo essa gestão entre eles e seus potenciais comercializadores realizada inteiramente via APIs específicos. A BIP dará andamento ao estudo, com reuniões frequentes entre a consultoria e a equipe da Abraceel. Quando concluído, o estudo será apresentado às associadas.

Aneel pauta estado de calamidade do Rio Grande do Sul para a próxima reunião de diretoria

Está na pauta da Reunião de Diretoria da Aneel do dia 21.05 (i) a flexibilização das regras e procedimentos de comercialização em decorrência da situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul, (ii) o resultado da segunda fase da Consulta Pública nº 45/2019, sobre os critérios operativos para redução ou limitação de geração no SIN, e (iii) o resultado da Consulta Pública nº 31/2022, sobre a regulamentação dos artigos 21 e 24 do Marco Legal da GD, que trata da sobrecontratação involuntária e da venda de excedentes decorrentes do regime de microgeração e minigeração distribuída.

Sefaz-Ceará: Abraceel interpôs Embargos de Declaração

Houve atualização recente no processo judicial da Abraceel contra a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz/CE) sobre o prazo de recolhimento do ICMS devido por substituição nas operações interestaduais com energia elétrica realizadas no ambiente de contratação livre e destinadas a consumidores no Estado do Ceará. A Abraceel interpôs Embargos de Declaração após decisão monocrática do Desembargador Relator, que declarou a ilegitimidade passiva da Sefaz/CE e conseqüentemente a incompetência do TJCE para julgar a demanda. A Abraceel argumenta que houve omissão na decisão em relação ao fato de as Notas Explicativas serem de autoria da Sefaz/CE, o que legitimaria a inclusão da referida autoridade no polo passivo e, conseqüentemente, a competência do Órgão Especial do TJCE para julgar o mandado de segurança. Em resposta, o desembargador determinou a intimação da Sefaz para se manifestar sobre os embargos apresentados.

ANP aprova AIR do acesso às infraestruturas essenciais

Na reunião pública do dia 16.05, a diretoria colegiada da ANP aprovou o relatório e as notas técnicas da AIR produzidas pelo grupo de trabalho designado para regulamentar as diretrizes e princípios do acesso negociado e não discriminatório às infraestruturas essenciais. A documentação supracitada será disponibilizada aos agentes a fim de que se inicie uma consulta pública sobre o tema.

CCEE realizará AGE na próxima quinta-feira (23) para deliberar sobre o novo Estatuto Social

Na noite da quinta-feira, 16.05, a CCEE convocou a 73ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realizada no dia 23 de maio, próxima quinta-feira, às 13h em primeira convocação e às 14h em segunda chamada, para deliberar sobre (1) alterações no Estatuto Social e (2) outros assuntos de interesse da associação. A 73ª AGE será realizada no formato híbrido, porém a participação presencial será limitada a 100 pessoas, considerando a ordem cronológica de inscrição no evento, por meio da plataforma Sympla, cujo link está disponível na Convocação. A proposta do novo Estatuto foi disponibilizada no Acervo CCEE no [Ambiente de Operações](#). Mais detalhes disponíveis [aqui](#).

CAd Abraceel se reunirá segunda-feira (20) para tratar da indicação do segmento ao novo CAd da CCEE

A reunião será aberta à participação dos associados e as informações de acesso foram enviadas aos representantes.

CURTAS - Gás Natural

Com apoio da Abraceel, Fórum do Gás contribui em CP sobre transição energética

O Fórum do Gás enviou contribuição à Consulta Pública 163/2023 do MME, que colheu subsídios da indústria de óleo e gás natural para a realização de uma transição energética justa, inclusiva e equilibrada. Entre as contribuições, que contaram com apoio da Abraceel, destacam-se a necessidade de promover o desenvolvimento do mercado de biometano sem onerar o custo do gás natural e identificar fronteiras produtivas de óleo e gás, incluindo produção offshore, para o Brasil ter posição estratégica no contexto global da transição energética. A contribuição pode ser lida [aqui](#).

Conselho de Carregadores pede transparência e dados atualizados de conta regulatória

O Conselho de Carregadores enviou carta ao Presidente-Executivo da Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás), Rogério Manso, pela qual solicitou transparência e divulgação periódica de dados da conta regulatória das transportadoras de gás natural, que mostra diferenças entre as receitas reais e receita máxima permitida pela ANP. A transparência é crucial para carregadores acompanharem os custos e para consumidores finais poderem prever tarifas futuras. Além disso, a divulgação dos dados de forma padronizada e atualizada é considerada fundamental para que os carregadores possam acompanhar as condições operacionais do transporte e para que os consumidores finais possam ter previsibilidade dos custos relativos à infraestrutura e estimativa de valores futuros das tarifas de transporte. O Conselho também enfatizou que essa demanda não é nova e está alinhada com a legislação de acesso à informação e a legislação que rege o mercado de gás natural. [Acesse aqui o documento](#).

CURTAS - Eventos e Cursos

Associados têm 10% de desconto em conferência de arbitragem de energia elétrica

A FIESP/CIESP convida para a II Conferência de Arbitragem no Setor de Energia Elétrica, que acontecerá no dia 17 de junho, às 9h, em São Paulo. O evento reunirá especialistas da iniciativa privada, concessionárias e membros da administração pública para um debate aprofundado sobre o mercado de energia brasileiro. Serão discutidos tópicos essenciais como a nova convenção da CCEE, arbitragem na construção de projetos de energia, interação da arbitragem com a administração pública e as novas tendências dos contratos de energia sob o novo código civil. Associados da Abraceel têm desconto de 10% com o código ABRACEEL10. As vagas são limitadas, para mais detalhes do evento, [clique aqui](#).



20% de desconto em congresso ambiental de sustentabilidade

Entre os dias 25 a 27 de junho, na Villa Blue Tree, em São Paulo, ocorrerá o congresso ambiental Cambi, onde são esperados mais de 2.500 participantes e 200 palestrantes. O Cambi serve como vitrine socioambiental, onde marcas e governos têm a oportunidade de demonstrar suas estratégias e condutas em sustentabilidade. O conteúdo do congresso, orientado ao mercado, busca promover um diálogo efetivo sobre o futuro da sustentabilidade alinhado com as políticas empresariais e públicas. Associados da Abraceel beneficiam-se de um desconto de 20% utilizando o cupom apoio-cambi. Garanta sua participação nesse encontro, mais detalhes no [site](#).





Nos próximos dias, o presidente da Câmara dos Deputados deve anunciar os integrantes do grupo de trabalho que debaterá a regulamentação da reforma tributária. A proposta é votar o texto até julho. Na próxima semana, o ministro Alexandre Silveira estará na Câmara para debater as prioridades da pasta para 2024.

Grupo de trabalho da reforma tributária deve ser instalado em breve – o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP-AL), está próximo de definir quem serão os parlamentares integrantes do grupo de trabalho que regulamentará a reforma tributária. De acordo com Lira, a ideia é discutir o tema com deputados federais e setores envolvidos por até 50 dias, com a realização de audiências públicas no período. A intenção é aprovar o texto até julho na Câmara, para que o Senado possa apreciá-lo em agosto, após o recesso parlamentar.

Recursos de Itaipu para o Rio Grande do Sul - no dia 07.05, o deputado Danilo Forte (União-CE) apresentou o [PL 1.639/2024](#). O projeto propõe uma alteração à Lei 10.438/2002, visando destinar, no exercício de 2024, uma parcela do resultado da comercialização de energia de Itaipu que cabe ao Brasil para ações de enfrentamento das consequências da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. Foi apresentado requerimento de urgência para a apreciação do PL, mas ainda pendente de deliberação.

Plano para transformação ecológica é objeto de audiência pública - o no dia 14.05, a comissão especial sobre transição energética e produção de hidrogênio verde realizou audiência pública com o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, que apresentou instrumentos e estratégias para a implementação do Plano de Transformação Ecológica do Executivo Federal.

O plano foi anunciado durante a COP-28 e tem três principais objetivos:

- Redução das emissões de gases do aquecimento global nas atividades produtivas.
- Geração de “empregos verdes”.
- Maior equilíbrio na distribuição de renda.

O plano prioriza algumas matérias em tramitação no Congresso Nacional, como o projeto de lei do mercado de carbono e do combustível do futuro. O plano também procura superar gargalos para expansão de eólica e solar no Nordeste e substituição da geração a óleo nos sistemas isolados. Confira a [apresentação](#). [Saiba mais](#).

Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE) quer debater dificuldades e desafios do setor de distribuição de energia elétrica - o deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) propôs audiência pública, no âmbito da CDE, para discutir o [tema](#) com a presença do MME, Aneel e Neoenergia, além dos representantes das confederações nacionais do comércio, indústria e agricultura. A Abradee foi incluída no debate. A audiência ainda não tem data para realização.

Próxima semana:

Ministro de Minas e Energia discutirá prioridades da pasta - no dia 22.05, o ministro Alexandre Silveira participará de reunião na Comissão de Minas e Energia para discutir as prioridades da pasta para 2024.

Senado discute combustível do futuro em audiência pública - a Comissão de Infraestrutura do Senado debaterá o PL 528/2020 em audiência pública no dia 21.05, às 9h.

PRÓXIMA SEMANA

20.05 - Segunda-feira: Abraceel participa de reunião com Ricardo Zanella, da empresa Hub Digital, para conhecer rede de mídia para população de baixa renda, às 11h;

Conselho de Administração reúne-se para debater indicação do segmento ao novo Conselho de Administração da CCEE, às 11h30;

Abraceel participa de reunião do Fórum do Gás com a diretora da ANP, Patrícia Baran, sobre a regulação do mercado de gás natural, às 15h.

21.05 - Terça-feira: Abraceel se reúne com a associada Delta Energia para tratar da reforma tributária, às 9h.

22.05 - Quarta-feira: Abraceel participa de reunião ordinária do Fórum do Gás, às 14h30;

Abraceel participa de reunião do Comitê de Implementação do Monitoramento, às 15h;

23.05 - Quinta-feira: Assembleia Geral Extraordinária da CCEE para deliberação do novo Estatuto Social da Câmara, às 13h;

Alexandre Lopes participa do XII Encontro dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica da Região Sudeste, que acontecerá nos dias 23 e 24.05, em Belo Horizonte (MG).

24.05 - Sexta-feira: Abraceel realiza Giro Abraceel, live com associadas para atualização das atividades da Associação, às 10h;

Abraceel participa de reunião do Conselho de Carregadores de Gás, às 14h.